

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.547, DE 2001

Destina recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza para o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente.

Autora: Deputada TELMA DE SOUZA

Relatora: Deputada YEDA CRUSIUS

I - RELATÓRIO

A Proposição objetiva transferir recursos do Orçamento Geral da União alocados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, quando se destinarem a crianças e adolescentes integrantes de famílias com renda *per capita* abaixo da linha de pobreza.

A Autora justifica a iniciativa pela ênfase que deve ser atribuída – quando beneficiada a população mais pobre – aos mais jovens, possibilitando um canal institucionalizado de comunicação entre as ações de natureza compensatória de um modo geral e aquelas de caráter especificamente voltado para as crianças e adolescentes em situação de miséria.

O Projeto tramitou inicialmente na Comissão de Seguridade Social e Família, onde a idéia foi reforçada, sobretudo sob o argumento de que a falta de perspectivas das novas gerações acaba associando-se à violência e à criminalidade.



576A02A805

Não foram apresentadas emendas nesta Comissão, a que cabem o exame da adequação orçamentária e financeira, e do mérito.

A seguir, o Projeto será submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

II - VOTO DA RELATORA

O Projeto adota uma forma pouco convencional, mas não vedada pela legislação. Trata-se da transferência de recursos de um Fundo para outro. O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza tem um caráter geral, pois está dirigido à população carente, sem distinguir os seus beneficiários, exceto pela condição econômico-social. O Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente é destinado especificamente a uma dessas camadas desassistidas.

Neste sentido, do ponto de vista orçamentário e financeiro, não se vislumbra qualquer óbice à sua aprovação. Na realidade, o Projeto não tem implicação no aumento ou redução da receita ou da despesa pública. Os recursos a serem utilizados pelo FNCA têm a mesma origem e os montantes previamente definidos, consignados no Orçamento da União. Em certo sentido, existe até uma certa racionalidade nesse mecanismo de transferência, que possibilitará concentrar a gestão dos recursos destinados à mesma finalidade.

Quanto ao mérito, a Comissão de Seguridade Social e Família já se pronunciou convenientemente, chamando a atenção para o abandono de nossas crianças carentes e a falta de perspectivas dos jovens sujeitos à exclusão social. Os indicadores das entidades de pesquisa vêm demonstrando as altas taxas de mortalidade entre os adolescentes, a gravidez indesejável e tantos outros problemas que constituem fonte de preocupação crescente nas áreas mais densamente povoadas.



Diante do exposto, somos pela não-implicação orçamentária ou financeira do Projeto de Lei nº 5.547, de 2001, e, no mérito, voto pela sua aprovação.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputada YEDA CRUSIUS
Relatora

ArquivoTempV.doc



576A02A805